

As Comissões de Fábrica no Brasil diante do Golpe de 1964

Henrique T. Novaes

Maurício S. de Faria

Introdução

Este artigo pretende abordar a formação de Comissões de Fábrica no Brasil dentro de um contexto de ascensão das lutas dos trabalhadores nos anos 1950-68. Nossa hipótese é que as Comissões de Fábricas se formaram como embriões de lutas autogestionárias no Brasil que rapidamente foram estranguladas pelo acirramento da ditadura militar em 1968 e em seguida pela reestruturação produtiva.

Para nós, as Comissões de Fábrica dos anos 1960-70 dificilmente podem ser compreendidas isoladas das lutas dos anos 1950 e 1960. Em função disso, narramos na primeira parte do artigo a) as inúmeras lutas que ocorreram neste momento, dando destaque b) ao papel da “Arquitetura Nova” na crítica à Arquitetura convencional, além da denúncia da nossa miséria pelo “Cinema Novo”; c) a criação da Universidade de Brasília, d) as críticas e ações da União Nacional dos Estudantes; e) as campanhas em defesa do ensino público e da superação do analfabetismo nos anos 1950; f) as lutas pela Reforma Agrária; g) encerramos esta parte com a análise das Reformas de Base no Governo João Goulart e a ruptura histórica iniciada com o golpe de 1964.

Para Ribeiro (1997) vivíamos neste momento histórico o “florescimento científico e cultural que o Brasil começava a experimentar nos anos 1960 e que se viu drasticamente crestado” pela opressão da ditadura civil-militar de 1964-1985.

Iniciamos a segunda parte do artigo com um panorama da formação da classe trabalhadora brasileira e das comissões de fábrica até o final dos anos 1950. Em seguida, abordaremos o ciclo das Comissões de Fábrica, que vai de 1968 (acirramento da ditadura civil-militar) a 1978 (fase de distensão e abertura gradual). Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

Os anos 1950-60 no Brasil: ascensão das lutas dos trabalhadores e dos intelectuais

“Ou se acha uma solução com medidas de financiamento maciço da produção que melhore o Nordeste, ou não chegaremos a 1º de janeiro de 1963 sem uma convulsão, talvez sangrenta. Quem não acreditar que ponha o calendário no bolso e espere para ver” (Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte no início dos anos 1960)

Esta seção pretende retratar a ascensão das lutas dos trabalhadores e dos intelectuais nos anos 1950-1964.

A Revolução de 1930, conduzida por Getúlio Vargas, iniciou a industrialização do país, construiu a indústria nacional, trouxe melhorias nas condições de vida da população brasileira, criou direitos trabalhistas, construiu as empresas estatais, alfabetizou parcelas dos trabalhadores, enfim, constituiu a nossa república. Lembremos que o Brasil era e ainda é um país com uma brutal concentração da terra, da renda e do poder, com altas taxas de analfabetismo, subnutrição, péssimas condições de trabalho, habitacionais e de transporte. De qualquer forma, os historiadores brasileiros afirmam que é no período 1930-1980 que o Brasil deixa de ser - em alguma medida - uma colônia de exportação e passa a ser uma economia com um projeto de desenvolvimento nacional. É preciso lembrar também que a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da República (1889) não trouxeram mudanças fundamentais na economia brasileira. Em outras palavras, mesmo diante de uma “Revolução Conservadora” (Lima Filho, 2009) ou do que os gramscianos chamam de “Revolução passiva”, isto é, uma revolução incompleta que não liquidou o poder da oligarquia e onde as forças de esquerda não tinham força para realizar uma revolução completa, pairava no ar que o Brasil estava evoluindo e “poderia dar certo” (Ribeiro, 1999)¹.

A “Arquitetura Nova” e o Cinema Novo

O Brasil vivia nos anos 1950-1960 um momento de florescimento científico e cultural. Para nós, este processo sofreu uma ruptura com a opressão da ditadura civil-militar de 1964-1985. No Artigo “Arquitetura Nova”, escrito em 1967, Sérgio Ferro – militante deste movimento - expressa o impacto do golpe de 1964 nas

¹ Apenas para ilustrar a importância da temática “Revolução”, basta lembrar que o título dos livros de Caio Prado Júnior, um importante intelectual marxista era “A revolução brasileira” e o de Nelson Werneck Sodré “Introdução à Revolução Brasileira”. Muitos intelectuais chegam a dizer que é de 1950 a 1968 que vivemos o florescimento da crítica intelectual brasileira, em especial a compreensão das particularidades do nosso capitalismo e da nossa revolução. Ao mesmo, é nesse momento que encontraremos intelectuais completos, imersos nas lutas do seu tempo.

esperanças depositadas pela arquitetura moderna no projeto nacional desenvolvimentista. A “Arquitetura Nova” havia nascido no início dos anos 1960, quando se vivia a esperança de uma sociedade mais justa, principalmente entre os jovens: “acreditava-se com mais ou menos intensidade e com variações de esquerda e de direita, que o país tinha saída” (Ferro, 2006, p.321)².

Nesse contexto de efervescência social, surgiram as ideias e propostas inovadoras no campo da pintura e da arquitetura. O ateliê de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre era uma espécie de núcleo político, no qual produção artística e crítica aconteciam simultaneamente. Quem chegava lá para um café e bate-papo encontrava todo mundo sujo, coberto de tinta e produzindo à viva força – “as marcas do fazer”. Sérgio Ferro lembra que o “escritório era freqüentado por pessoas de filosofia, teatro, música, literatura. Era um cadinho no qual tudo se cruzava, em uma espécie de projeto de criação de uma consciência nacional, de uma cultura nossa, que não fosse importada, Era um período de fertilidade extraordinária” (Ferro, 2001 apud Arantes, 2002, p. 52).

Da mesma forma, Glauber Rocha – um dos representantes do Cinema Novo, fazia uma denúncia da realidade nacional, marcada por fome e miséria. Para ele:

De Aruanda a Vida Secas [filmes representativos do Cinema Novo], o cinema novo narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens matando para comer, personagens fugindo para comer, personagens sujas, feias, descarnadas, morando em casas sujas, feias, escuras: foi essa galeria de famintos que identificou o cinema novo com o miserabilismo, hoje tão condenado pelo Governo do Estado da Guanabara, pela comissão de seleção para festivais do Itamarati, pela crítica a serviço dos interesses oficiais, pelos produtores e pelo público, este último não suportando as imagens de própria miséria. Esse miserabilismo do cinema novo opõe-se à tendência do digestivo, preconizada pelo crítico-mor da Guanabara, Carlos Lacerda: filmes de gente rica, em casas bonitas, andando em automóveis de luxo; filmes alegres, cômicos, rápidos, sem mensagens e de objetivos puramente industriais. [...] É uma questão de moral que se refletirá nos filmes, no tempo de filmar um homem ou uma casa, no detalhe que observar, na moral que pregar: não é um filme, mas um conjunto de filmes em evolução que dará por fim ao público a consciência de sua própria miséria. [...] O cinema novo é um projeto que se realiza na política da fome, e sofre, por isto mesmo, todas as fraquezas conseqüentes de sua existência (Glauber Rocha apud Koury, 2003, p. 97-98).

Segundo Koury (2003), as manifestações políticas e culturais dos anos 1960 refletiam a importância do papel do artista na formulação da crítica à realidade nacional, principalmente aos modelos de desenvolvimento e aos padrões de

² Para este debate, ver Arantes (2004); Koury (2003) e Kapp et. al. (2008).

comportamento, e também o seu compromisso com a elaboração de projetos alternativos. As antinomias da época – participação e alienação; opressão e liberdade - sinalizavam as polarizações do debate entre direita e esquerda, e as suas perspectivas de transformação da sociedade.

Nesse contexto, as ideias e as propostas de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – membros da “Arquitetura Nova” - expressas no processo de criação coletiva, práticas artísticas e textos escritos, foram ao mesmo tempo críticas e respostas aos problemas nacionais. Em suas obras, realizaram operações que, do ponto de vista material, adequavam-se às restrições econômicas do subdesenvolvimento e à falta de recursos, mas, do ponto de vista cultural, representavam o desafio de constituição de novos valores que viabilizassem um projeto audacioso de transformação (Koury, 2003, p.27).

Nesta esteira, o Teatro de Arena foi concebido como um teatro de baixo custo que trazia temas que ajudavam a “conscientizar” o povo brasileiro. Destacam-se os diretores e dramaturgos José Renato Pécora, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri³.

A criação e a Destruição da Universidade de Brasília

Podemos dizer que a criação da Universidade de Brasília (UnB) trazia algumas inovações para o ensino superior brasileiro. Segundo Darcy Ribeiro, o que estava em jogo era a criação de “uma universidade de tipo novo, articulada de forma diferente, como deveria ser a universidade da capital da república” (Ribeiro, 1997, p.236). Lembremos que Brasília, a capital do Brasil, foi inaugurada em 1960.

Ribeiro acredita que o projeto da UnB empolgou a intelectualidade brasileira, principalmente a comunidade científica, tanto é que nossos principais cientistas aceitaram postos de coordenadores dos departamentos básicos da universidade.

De acordo com Ribeiro, “essa universidade deveria, simultaneamente, dar ao Brasil o domínio, em nível doutoral, de todas as ciências e das principais

³ Cabe mencionar que de 1900 a 1950 os trabalhadores realizaram um vasto trabalho no campo da cultura, com a criação de inúmeros jornais operários, uma produção no campo literário também considerável, além do teatro, música e cinema. Para Foot Hardman (2002), o processo de ruptura como o período inicial de autonomia operária e que levou à burocratização da vida sindical no governo Getúlio Vargas através do controle estatal, não está dissociado da questão cultural, propondo a existência de uma “simultaneidade (e provável correspondência) entre a burocratização do sindicalismo brasileiro, a emergência do Estado autoritário e a massificação crescente da ‘cultura popular’, sua transformação em ‘cultura de massas’, acompanhando o avanço da indústria cultural e o monopólio dos meios culturais de comunicação” (Foot Hardman, 2002). Ver também Lima e Vargas (1986).

tecnologias. Esses eram os propósitos fundamentais da UnB, cuja tarefa seria diagnosticar criteriosamente os problemas brasileiros e procurar soluções concretas para eles” (Ribeiro, 1997, p.238).

Ribeiro acredita que o alcance maior do projeto UnB não estava dentro do seu terreno, mas sim no desencadeamento que ela trouxe. Para ele, houve no Brasil inteiro “uma verdadeira campanha pela reforma universitária, no curso da qual todos foram se dando conta dos graves problemas que atravessava a universidade brasileira, incapaz de superá-los se continuasse nos mesmos trilhos” (Ribeiro, 1997, p. 248).

O sonho de Ribeiro era que na UnB ninguém mais poderia ser perseguido em razão da sua ideologia. No entanto, isso teve uma brevidade já que:

exatamente nessa veia [não ser perseguido em função da ideologia] em que nossa querida UnB foi sangrada. Não por culpa dela, mas da ditadura militar que se implantou sobre o Brasil, estancando toda a vida cultural, perseguindo, torturando, exilando, matando. Toda a vida inteligente do Brasil se empobreceu drasticamente com essa sangria. E efeito mais desastroso, porém, no plano acadêmico, foi impedir que os professores proscritos exercessem no Brasil sua função de multiplicadores culturais, através da condução de programas de preparação de novos corpos de cientistas. Perdemos, assim, além deles próprios, centenas de outros especialistas de igual capacidade, cuja formação ele teriam orientado e que nos eram indispensáveis (Ribeiro, 1997, p.260).

Segundo dados do arquivo histórico da UnB, em 1964, a ditadura instalada com o golpe militar traria anos difíceis para a UnB. Na verdade, a instituição brasiliense já era tida por setores extra-universitários como um foco do pensamento “esquerdista”, visão essa que só se acirrou com os militares. E, por estar mais perto do poder, foi uma das mais atingidas. Universitários e professores foram taxados de “subversivos” e “comunistas”. Comentava-se que havia uma tendência “marxista” na UnB, liderada pelos professores mais jovens e idealistas. O campus foi invadido e cercado por policiais militares e do Exército várias vezes durante o ano. No dia 18 de outubro de 1965, depois da demissão de 15 docentes acusados de “subversão”, 209 professores e instrutores assinaram uma demissão coletiva, em protesto contra a repressão sofrida na universidade. De uma só vez, a instituição perdeu 79% de seu corpo docente.

Para Darcy Ribeiro, não há dúvida de que esse fato será tido, no futuro, como um dos episódios mais trágicos da história cultural do Brasil. Sofremos, efetivamente,

uma sangria científica e cultural equivalente à que ocorreu na Espanha de Franco, e que quebrou por décadas a criatividade do espírito espanhol (Ribeiro, 1997).

As críticas da União Nacional dos Estudantes nos anos 1960, os congressos de Salvador e Curitiba

No princípio da década de sessenta, a União Nacional dos estudantes (UNE) apresentou um abrangente conjunto de demandas que cobria itens como a reforma universitária e educacional, inflação, capital estrangeiro, imperialismo, política exterior independente, apoio a Cuba, solidariedade a grevistas, campanhas de alfabetização, reforma agrária e assistência técnica ao movimento de sindicalização rural.

Em 1961, a UNE tornou-se uma parte integrante do bloco nacional-reformista e eventualmente um importante componente da Frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista (Dreifuss, 2008).

Esses desenvolvimentos coincidiam com o crescimento da Ação Popular (AP) dentro do movimento estudantil, a partir da eleição para a presidência da UNE em 1961 de Aldo Arantes, um estudante goiano e líder da AP. Aldo Arantes foi sucedido por outro líder da AP, Vinícius Caldeira Brant, em 1962, e, em 1963, José Serra, também líder da AP, foi eleito presidente da UNE. Cabe ressaltar que a AP representava os estudantes católicos de esquerda.

A Declaração da Bahia, uma conclusão político-ideológica do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizada em 1960 em Salvador, representou um importante marco no desenvolvimento político do movimento estudantil. Pelas conclusões da Declaração, o Brasil era visto como “uma nação capitalista em fase de desenvolvimento” com “uma infra-estrutura agrária sob controle de poderosos grupos estrangeiros” e um “Estado oligárquico” crivado por contradições que “indicavam a falência da estrutura liberal burguesa”. A solução que o documento propunha para tal estado de coisas era a “socialização dos setores fundamentais da economia”, um “fim” à alienação do proletariado, a “efetiva participação dos trabalhadores nos órgãos do governo” e a “criação pelo governo de condições para o completo desenvolvimento das organizações do proletariado”. Esses constituíam os alvos estratégicos do movimento estudantil. Contudo, eles reconheciam a falta de uma perspectiva tática que os ajudasse a realizar os seus

objetivos. Em virtude disso, em 1962 foi convocado em Curitiba o II Seminário Nacional da Reforma Universitária.

Segundo Dreifuss (2008), a Carta do Paraná reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do encontro. Ela tornou-se um dos mais importantes documentos do movimento estudantil. Significativamente, a reforma universitária foi incluída parte da Carta que tratava do “esquema tático de luta”, como parte das Reformas Básicas, que começava a dar ampla margem de discussão ao bloco nacional-reformista, ao governo e mais tarde até mesmo ao bloco modernizante-conservador.

Essa proposta representava um ponto de partida para uma eventual aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, vinculando o movimento para a reforma universitária a outras reivindicações populares. As organizações estudantis tencionavam criar uma “aliança de trabalhadores, camponeses, intelectuais progressistas, os militares democratas e outros setores da vida nacional” de modo a unir suas reivindicações e fortalecê-las. Eles fizeram da reforma agrária a bandeira de luta dos estudantes.

Por outro lado, esperavam que as transformações no sistema de ensino se tornassem as aspirações objetivas e subjetivas dos trabalhadores e dos camponeses. Essa idéia foi tão disseminada que a UNE procurou sintetizar aquelas reivindicações em seu programa de luta universitária como a necessidade de “expandir a aliança Estudante-Operário-Camponês” (Dreifuss, 2008, p. 300). Segundo Octávio Ianni, apesar dos estudantes da UNE promoverem reformas universitárias porque era lá que estavam seus interesses, eles compreendiam os limites da “situação universitária” e das possibilidades abertas por ela. Compreendiam que as relações sociais e políticas específicas no ambiente universitário eram também manifestações de relações políticas e sociais mais amplas na sociedade nacional, estabelecendo assim ligações reais entre a reforma universitária e a transformação geral da sociedade.

O povo permanecia analfabeto: as campanhas pela alfabetização e a defesa do ensino público

A Revolução de 1930, como uma “Revolução Conservadora”, promoveu uma “Reforma Ampla” da educação, que criou um “tímido” sistema educacional público e justamente por isso não conseguiu colocar as maiorias na escola.

Para se ter uma ideia, nos anos 1950, 50% da população brasileira era analfabeta. É diante deste fato que surgem as propostas de Paulo Freire - um educador popular brasileiro bastante conhecido mundialmente.

A formação de um sistema público de educação fazia parte das lutas dos intelectuais, educadores, estudantes, centrais sindicais e parcelas da esquerda da Igreja e até mesmo de alguns setores industriais. Apenas para ilustrar o debate sobre a necessidade de uma Reforma Educacional num país que não havia colocado as massas na escola, lembremos apenas o envolvimento Florestan Fernandes e outros intelectuais na “Campanha em Defesa do Ensino Público” e o papel destes na criação do “Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público”, no ano de 1959 (Mélo, 2009).

As lutas no campo: o congresso da ULTAB e as Ligas Camponesas

Num país que nunca passou por uma Reforma Agrária, a luta pela terra sempre foi uma questão vital. Para citar apenas dois exemplos, o Quilombo dos Palmares e a revolta de Canudos levaram mais de 30 anos para serem dizimadas pelo Estado brasileiro. Nos anos 1950 e 60, presenciaremos a volta deste tema secular no Brasil. Poderíamos citar o surgimento das Ligas camponesas (Novaes, 2009), de muitos sindicatos rurais progressistas, a atuação do Partido Comunista Brasileiro no estímulo a lutas pacíficas e armadas no Brasil (Medeiros, 2005). Neste momento foram criados inúmeros congressos regionais e nacionais da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil) que podem ser ilustrados pelo lema “Reforma Agrária na Lei ou na marra”.

Devemos lembrar também que Josué de Castro, deputado federal e posteriormente Presidente da ONU, cobrava do poder executivo ações “por uma reforma de base, que mude a infra-estrutura econômica nacional”. Sua atuação combatia em especial a apropriação dos fundos públicos federais pelas oligarquias nordestinas que utilizavam o Estado capitalista para a manutenção da dominação na região e que criavam inúmeras ações que não tocavam nas estruturas da nossa sociedade.

Por parte das classes dominantes, havia um clima de temor e alarme neste período histórico. Apenas para citar mais um exemplo sobre o Nordeste brasileiro, “tão importante para a revolução brasileira como a denúncia do latifúndio, era a análise da capacidade de revolta dos sertanejos, isto é, da possibilidade de

encontrarem por si próprios um caminho de transformação” (Dória, 2007). Isso aparecia tanto nos filmes do Cinema Novo⁴, nos escritos dos intelectuais da época e nas análises e nas ações das classes dominantes (Dória, 2007).

As Reformas de Base no Governo João Goulart (1961-1964)

As lutas sociais nos anos 1950-1960 ganharam força com a renúncia do presidente Jânio Quadros. Para Darcy Ribeiro um dos “pais” da Universidade de Brasília e ministro da casa civil do presidente João Goulart, este queria continuar o projeto de um Brasil em bases nacionais⁵.

Entraram na agenda política os temas mencionados nas páginas acima: a necessidade da Reforma Agrária, a Reforma Educacional, a Reforma Habitacional (Maricato, 1987), a Reforma Sanitária, o controle do capital estrangeiro, enfim, temas que poderiam alavancar a superação dos problemas estruturais do país⁶.

A ruptura histórica: o golpe de 1964 e o aumento da Repressão a partir de 1968

O império norte-americano, a ala conservadora da igreja católica, os latifundiários, e a burguesia “nacional” arquitetaram o golpe que traria conseqüências profundas para as lutas dos trabalhadores. Para Octavio Ianni, a ditadura civil-militar (1964-1985), recompôs a hegemonia do capital no Brasil e inaugurou uma contrarrevolução que ganharia traços mundiais (Ianni, 2004; Fernandes, 2006; Schwarz, 2007)⁷.

Por outro lado, Aarão Reis (1980) observa que as forças de esquerda não estavam suficientemente organizadas para resistir e menosprezaram a possibilidade de um golpe em 1964.

⁴ Ver, por exemplo, “Deus e o Diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha (1964).

⁵ Para saber mais sobre este contexto histórico, ver também Dreifuss (1980) “State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965”, Gennari (1999), Moniz Bandeira (2001), Campos (2009) e Schwarz (2007).

⁶ A ascensão das lutas no Brasil não pode ser desconectada da ascensão das lutas dos trabalhadores em outros países da América Latina. Podemos dizer que a América Latina como um todo vivia um período de efervescência social. Além disso, não podemos deixar de destacar que a ditadura civil-militar brasileira teve papel imprescindível nos golpes realizados em outros países da América Latina. Basta lembrar os inúmeros documentos já divulgados para o público sobre a “Operação Condor”.

⁷ Darcy Ribeiro, além de outros historiadores, observa que o suicídio de Getúlio Vargas adiou a intervenção militar no Brasil para 1964. Nas palavras dele: “A notícia do suicídio [de Getúlio Vargas] caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a Carta-Testamento, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu o li, ele é para mim a carta política pela qual me guio. É isso para os brasileiros mais lúcidos. Só não o é para uma minoria que infelicitava este país desde sempre, governando de forma corrupta, opressiva e mesquinha. Percebi instantaneamente, como de resto perceberam todos os brasileiros, que a campanha do “mar de lama” era uma armação da imprensa, subsidiada pelas grandes empresas estrangeiras, a fim de derrubar o presidente que estava criando a Petrobrás e que anunciava a criação da Eletrobrás, opondo-se a grupos estrangeiros poderosíssimos, o do petróleo e o da eletricidade” (Ribeiro, 1996). A Petrobras e a Eletrobras eram empresas estatais com um alto perfil nacional.

Há nitidamente uma ruptura histórica no Brasil, que destruiu a construção da hegemonia pela esquerda brasileira. Apenas para citar alguns exemplos, a sede da UNE foi destruída pela ditadura civil-militar em 1964 no dia do golpe. Como vimos, 80% dos professores da UnB pediram demissão, inúmeros militantes foram assassinados e/ou tiveram que sair forçadamente do país. Glauber Rocha, um dos cineastas brasileiros mais geniais, mudou-se para Cuba. Paulo Freire foi para o Chile. Darcy Ribeiro foi para o Uruguai. Sérgio Ferro foi para o exílio em Grenoble (França). Florestan Fernandes para o Canadá. Luis Carlos Prestes, principal representante do Partido Comunista, foi para a Rússia.

Para nós, o golpe rompeu o processo histórico de ascensão das lutas dos trabalhadores e florescimento da teoria e ação dos intelectuais no Brasil. Apenas para citar as repercussões do Golpe em Pernambuco, um Estado importante do nordeste brasileiro, vejamos a descrição de Francisco de Oliveira:

O golpe de 1964 abateu-se com especial fúria sobre Pernambuco. Dizimaram a esquerda, o movimento de trabalhadores, o movimento católico político-intelectual, o movimento estudantil; exilaram parte importante das lideranças, foram-se o clima de debate e as iniciativas inovadoras, o Movimento de Cultura Popular e Paulo Freire, a reforma transformadora da Sudene. Ficou apenas a voz solitária de Dom Helder Câmara, que, aliás, empossou-se na arquidiocese nos primeiros dias pós-golpe com um discurso cuja coragem e dignidade deveriam fazê-lo figurar numa antologia dos grandes discursos cívico-políticos brasileiros. Nascia ali a Igreja da Resistência, que teve nele e em Dom Paulo Evaristo Arns seus momentos e expressões mais altos (Oliveira, 2008, p.85)⁸.

A formação da classe trabalhadora brasileira e um panorama das Comissões de Fábrica brasileiras

A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, como forma de resistência e luta contra as condições de exploração da força de trabalho, expressando de alguma maneira a capacidade coletiva de controle sobre o processo de trabalho, fez-se presente, no Brasil, tanto no campo das ideias - no seio de grupos militantes, intelectuais e organizações de esquerda -, como se apresentou através de experiências concretas de comissões ou conselhos de fábrica, controle operário, gestão operária ou autogestão de unidades produtivas pelos próprios trabalhadores.

⁸ Miguel Arraes, governador de Pernambuco, foi para a Argélia em 1965.

Desde as primeiras referências à tradição mutualista e às “sociedades de resistência” (Simão, 1966)⁹ no Brasil, no período inicial de constituição da sua classe operária, com influência predominantemente anarquista ou anarcosindicalista, até o surto de comissões de fábrica nas décadas de 1960, 1970 e 1980, existe um longo percurso.

Neste momento, pretendemos apenas percorrer esse período assinalando o aparecimento permanentemente reiterado das comissões de fábrica enquanto forma de organização e de luta dos trabalhadores brasileiros no interior das unidades produtivas dentro da conjuntura na qual se processaram, suas características principais e as trajetórias dessas organizações de base operária nos seus embates com o patronato, o Estado e por vezes com o próprio aparelho sindical.

Sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, o relato a seguir, de Rolando Fratti (s/d)¹⁰, antigo militante sindical e político, proeminente dos anos 1930 aos 1970, aborda em linhas gerais esses primeiros passos da classe trabalhadora no Brasil, das suas organizações e orientações políticas, da seguinte maneira:

“A classe operária no Brasil, pode-se dizer, nasceu no ano 50 do século passado [1850]. [...] Por que surgiu aí a classe operária, que causas determinaram isso? Em primeiro lugar a proclamação do país como colônia de Portugal em 1822 [Independência do Brasil] e, antes disso, também a abertura dos portos do Brasil a todos os países do mundo, obra de D. João VI que fugia de Portugal perseguido por Napoleão e se instalava no Brasil. Um outro fator foi a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850, obra da então rainha dos mares, Inglaterra, que já não tinha interesse em manter a escravidão na América Latina. Interessava o desenvolvimento do capitalismo que redundaria enfim em vantagem para ela ou por outra no domínio da América Latina. Outro fator foi o início do ciclo da plantação de café.

“Ora, todos esses fatores determinaram que a burguesia necessitava de mão de obra livre. Livre entre aspas, é claro. Já não lhe servia mais o escravo africano. Assim nasce a classe operária no Brasil. Em 1865 tem início a corrente migratória: poloneses, italianos, portugueses, japoneses, húngaros, espanhóis, entre outros países, que se trasladam para o Brasil. Com essa gente vai para o Brasil também o anarco-sindicalismo, que era a corrente político-ideológica que então dirigia o movimento operário na Europa. (...) Porque já tem operários e já tem operários e camponeses que faziam essa luta, nos seus países de origem.

⁹ Para saber sobre as “sociedades de resistência”, ver a nota 13.

¹⁰ Trata-se de uma exposição proferida no Encontro Internacional da Oposição Sindical no Exílio, realizado em 1979 em Bruxelas, cujo tema era o movimento de oposição sindical no Brasil, organizado pelo Grupo de apoio no exílio. Esse Encontro, realizado nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 1979, contou com a presença de representantes de organizações sindicais de 14 países, com o GAOS, Grupo de Apoio à Oposição Sindical no Exílio (dentre eles Fratti, exilado na Itália) e de dirigentes da Oposição Sindical do Brasil. Praticamente todas as intervenções dos três dias de encontro foram recuperadas (uma parte já está transcrita), e fazem parte de uma pesquisa realizada por Claudio Nascimento sobre este tema, na qual um dos autores deste artigo pode colaborar na fase inicial de tratamento do material do encontro.

“O mérito dessa corrente ideológica foi o de organizar o pequeno proletariado para as primeiras lutas. Os grêmios, nas pequenas fábricas; dos grêmios às ligas, que ligavam esses grêmios; as mútuas... Então os operários se socorriam entre si através das mútuas, jornais, organizam jornais. Só no decorrer do século XIX, nós temos o registro de treze jornais, organizados na maioria deles por anarquistas ou por socialistas libertários que era quase a mesma coisa. E outras correntes progressistas.” (Fratti, s/d)

Neste período de formação da classe trabalhadora no Brasil, com a abolição da escravidão no final do século XIX, a imigração de camponeses e operários europeus e o início da industrialização, encontramos as primeiras formas associativas às quais lançam mão os trabalhadores, tanto para socorrerem-se mutuamente como para resistir às duras condições de trabalho nas unidades produtivas. Os parâmetros iniciais dessas formas de organização são fornecidos em grande parte pela experiência que trazem na bagagem os imigrantes europeus. Assim, as mútuas aparecem dentre as primeiras formas associativas criadas pelos trabalhadores neste momento das lutas sociais no Brasil¹¹.

A distinção ideológica, no entanto, já se fazia presente no seio da classe trabalhadora brasileira, com o surgimento de múltiplas tendências que seguiam, em maior ou menor medida, as clivagens no movimento internacional. Simão (1966) destaca quatro grandes correntes deste período: os anarquistas, os socialistas, os comunistas e as câmaras ou bolsas do trabalho.

Quanto à posição dos comunistas, Fratti (s/d) nos apresenta a seguinte crítica, replicando uma análise semelhante dedicada aos anarquistas:

¹¹ Para Azis Simão, o aparecimento das mútuas em São Paulo se deve, “de um lado, aos efeitos econômico-sociais da incipiente urbanização e, de outro, em face deles, à retomada de modelos associativos já elaborados no processo de industrialização europeu” (Simão, 1966, p. 160). As sociedades de socorro mútuo possuíam como rótulo a realização de programas assistenciais, como médico, farmacêutico, auxílio doença, desemprego, invalidez, funerais etc. Sabe-se de pelo menos uma tentativa de Federação das mútuas em 1899, de vida curta. As ligas operárias surgem em seguida, já mais próximas do tipo sindical, assumindo o papel de sociedade de resistência e constituídas por ofício. Simão levanta a possibilidade de que, convivendo lado a lado, tenha ocorrido um “processo significativo de hibridização estrutural e funcional”, com as mútuas assumindo funções de defesa profissional e as ligas algumas funções assistenciais (Simão, 1966, p.162). O autor reproduz uma passagem do jornal A Plebe, que descreve o funcionamento dessas primeiras formas associativas dos trabalhadores: “As primeiras organizações operárias no Brasil foram por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre indistintamente os operários de diversos ofícios e indústrias e tinham como objetivo, fora uma ou outra de caráter beneficente, a defesa dos interesses imediatos e comuns, a todas as classes, isto é, a melhoria de salários, e diminuição de horas e pouca coisa realizaram, porque lhes faltava a força necessária mercê do amorfismo que as caracterizava. Mais tarde, aparecem as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros ou ligas. São uniões de ofícios que ao se desenvolverem fundam pelo país sucursais ou filiais, diretamente dependentes da central estabelecida na grande cidade. Ao lado destas existem uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas.” (Simão, 1966, p. 160)

“A grande revolução socialista de outubro, que teve uma repercussão mundial enorme, na Rússia, traz como consequência a criação do partido comunista em 1922, o qual vai ocupando gradualmente a influência no movimento operário que ia sendo deixado pelo anarco-sindicalismo. Um substitui o outro. Entretanto, também o PC nasce levando para o Brasil uma linha política que não correspondia às necessidades do povo brasileiro e do proletariado em primeiro lugar. Seja a linha traçada pela Internacional Comunista no seu segundo Congresso em 1920, que não permitia alianças de classe do proletariado, era a chamada de linha de classe contra classe; e tinha-se naquela época a crença de que o desenvolvimento levaria a um crescimento tal da classe operária que ela seria a força predominante no país e conduziria o país ao socialismo sem a necessidade de fazer frente, aliança com outras forças. Muita errada a linha em se tratando principalmente de um país dependente.

De todo o modo, na década seguinte, ao lado das Federações operárias, o tema que entra em cena é a organização nos locais de trabalho, através dos comitês de fábrica ou representações sindicais nas empresas. De acordo com Rago (1985), o aparecimento deste tema na imprensa operária entre 1918 e 1922, reflete o processo de ocupação de fábricas no “outono quente” de Turim, na Itália, e coloca para os trabalhadores brasileiros a necessidade de organização e luta pelo controle do processo de trabalho, tendo em vista a tomada das fábricas e a reorganização do processo produtivo.

A partir da criação dos comitês de fábrica, uma nova forma de organização da produção pode ser experimentada e imaginada, com cada comitê enviando um representante para o conselho de indústria, que gera por sua vez um comitê executivo no âmbito da cidade ou região, com comitês distritais funcionando nos bairros. Trata-se, nas suas linhas gerais, de uma antecipação do que seria utilizado em larga escala na Espanha republicana de 1936-39.

No plano organizativo, todos os representantes teriam mandato imperativo, contando-se com a possibilidade de revogação a cada instante. Rago cita o movimento italiano, mas também poderia ter influenciado neste modelo a experiência dos *Soviets* na Rússia, tanto em 1905 como em 1917, dados os contatos e relações intensas que as principais lideranças operárias brasileiras mantinham com o movimento socialista ou comunista internacional.

Desde então, os comitês ou comissões de fábrica constituem, como as definiu Valdemar Pedreira Filho (1997, p. 39): “uma prática associativa de luta e de organização historicamente reiterada pelas bases operárias brasileiras, ao longo

dos constantes conflitos industriais que marcaram a sua própria formação enquanto classe.” A pesquisa de Pedreira Filho rastreia historicamente a experiência brasileira de comissões ou grupos de fábrica desde 1907, muito embora tenha verificado que apenas no movimento grevista de 1919 as iniciativas pelas comissões de fábrica ganharam vulto e significado.

De todo modo, é importante assinalar desde já que, mesmo nesse período, as lutas levadas à diante pelas comissões ou comitês de fábrica constituíam, de certa maneira, desdobramentos das formas associativas dos trabalhadores realizadas nos bairros operários, centros de cultura social, grêmios, seções sindicais, grupos clandestinos de empresa, etc. No surto grevista de 1919, por exemplo, coincidindo com a onda anticapitalista do imediato pós-guerra na Europa, o movimento foi coordenado por um “Comitê”, criado inicialmente entre as organizações sindicais para a realização do Primeiro de Maio. Com a generalização do conflito, foi formado um “Conselho Geral dos Operários”, a partir de um membro destacada por cada comissão de fábrica ou de oficina existente. A repressão se abateu fortemente sobre o movimento, com dezenas de prisões, impondo a derrota da greve.

As greves de 1919, e os resultados do III Congresso dos Operários Brasileiros, realizado no Rio de Janeiro em 1920, formaram o pretexto para que medidas repressivas se estendessem no início da década de 1920, a começar pela segunda Lei Adolfo Gordo, que estabelecia a possibilidade de expulsão do país dos trabalhadores estrangeiros envolvidos em agitações. Em meio às medidas repressivas e de contensão dos conflitos sociais crescentes, o movimento operário, até então de orientação majoritária anarco-sindicalista, vê crescer no seu interior o peso da vertente comunista que se projeta em todos os cantos a partir da Revolução de Outubro, levando à criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, na trilha da Terceira Internacional. Nesse período, foi de inspiração comunista a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), lançado em 1927 no início do governo Washington Luiz¹².

Os anos 1930 foram marcados pela criação da legislação trabalhista, em especial a estrutura sindical corporativista, com a criação do Ministério do Trabalho, da

¹² Washington Luis ficou conhecido na história brasileira por cunhar uma frase que expressa muito bem o que as nossa classe dominante pensa do seu povo: “Questão social é questão de polícia”.

Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) da era Vargas, visando “harmonizar” as relações capital-trabalho como ingrediente para o surto industrializante do país. Com a ditadura do Estado Novo (1937-45), uma nova onda repressiva abateu-se sobre o movimento operário brasileiro e suas organizações, nesta época já sob forte influência comunista.

Um novo surto importante de comissões de fábrica vai ser verificado entre os anos 1946/47 e durante a década de 50. Vimos no início dos anos 1950 um movimento ascendente dos trabalhadores. Na “greve dos 300 mil” em 1953, o movimento coloca firmemente em causa a estrutura sindical ao rejeitar o acordo proposto pela justiça do trabalho. Durou quase um mês, com prisões, conflitos com a polícia e ameaças de todo o tipo. Nesse movimento, as “Comissões de Greve”, estruturas supra-sindicais que surgiram no processo de luta, ultrapassam as estruturas sindicais na condução das ações e mobilizações, atuando através da realização de assembleias de massa e a criação de da “Comissão Intersindical de Greve, formada por várias comissões de greve supra-sindicais de cada categoria” (Couto, 2003). Para além dos resultados econômicos proporcionados (em torno de 70% de aumento), o saldo da greve foi a experiência de uma organização de classe que coordenou o movimento no enfrentamento ao patronato e ao Estado, impondo na prática a necessidade de uma organização supra-sindical antagônica ao espírito da legislação sindical em vigor.

E assim as comissões de fábrica e comissões intersindicais foram se fazendo na prática, protagonizando processos de greve em conjunturas de ascensão das lutas sociais no Brasil, e sofrendo a repressão que é marca da nossa formação social capitalista autocrática e dependente. Cabe mencionar que novas frações de classe vão ingressar na cena política em torno das questões operárias, como o surgimento da Frente Nacional do Trabalho (FNT), nos anos 1960, juntamente com a atuação da Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO) e vertentes dissidentes do PCB. É desde campo que surgirão as lideranças da comissão de fábrica da Cobrasma, em Osasco (cidade importante da Grande São Paulo), que de atuação clandestina na empresa desde o início dos anos 1960 resulta na greve de 1968, com a ocupação da empresa, que afronta tanto a política de arrocho salarial como o próprio Regime Militar,

resultando na intervenção policial na empresa e no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (Couto, 2003; Ibrahim, 1986)¹³.

Enquanto a classe trabalhadora no Brasil e em boa parte da América Latina ingressava nos “anos de chumbo”, a Europa viu crescer, durante os anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, um movimento generalizado de lutas autônomas, levadas à diante em ambos os lados da “cortina de ferro”. As greves generalizadas, “espontâneas” e “selvagens” sacudiram regimes e o sistema capitalista com milhões de jornadas de trabalho perdidas, mediante múltiplas formas de luta e resistência no interior dos locais de trabalho, resultando em centenas de empresas ocupadas e controladas por longos períodos pelos próprios trabalhadores.

Esse “caldo” certamente repercutiu na ascensão das formas de luta autônoma em nível mundial, apontando para uma filiação histórica desses acontecimentos com as lutas autônomas realizadas após o segundo pós-guerra em várias países, situados em ambos os lados da cortina de ferro. Ao recuperar esse movimento, João Bernardo lembra que, nesse período, o campo das lutas anticapitalistas esteve “à beira de vencer”, no seguinte sentido:

“Ao longo desses trinta anos [1950-80], e em quantidade crescente, greves e outros movimentos de contestação apareceram e foram prosseguidos fora dos aparelhos sindicais e alheios às instituições oficiais de negociação. Revelando-se capazes de manter o controle sobre as lutas, sem alienar sua condição aos dirigentes dos sindicatos, os trabalhadores começaram, em casos cada vez mais frequentes, a ocupar as empresas e a fazê-las funcionar sob sua autoridade, remodelando assim progressivamente as próprias relações de trabalho e pondo em causa os critérios a que obedece a produção. Nessas lutas, os trabalhadores não se limitavam a reivindicar o exercício do controle, mas aplicavam-no na prática. Não se tratava já de simples aspiração, mas de uma modalidade efetiva de atuação. Multiplicavam-se em todo o mundo o número dos que recorriam àquelas formas inovadoras: na Europa do Leste, desde as insurreições operárias da República Democrática Alemã e na Hungria durante a década de 50, até a Polônia do começo da década de 80; na Europa Ocidental, em movimentações cada vez mais amplas, que culminaram na França no final da década de 60, poucos anos depois na Itália, e em Portugal em 1974-75; no Canadá e nos Estados Unidos, em episódios suficientemente significativos para renovarem a totalidade dos temas políticos em discussão entre as camadas mais jovens; na Revolução Cultural, que durante vários anos abalou os fundamentos da sociedade chinesa, na década de 60; e também em vários países da América Latina.” (Bernardo, 1997, p. 2)

¹³ Não podemos deixar de destacar a pequena quantidade de estudos que comparam e contrastam as comissões de fábrica brasileiras com o Cordobazo (1969-1976).

As comissões de Fábrica (1968-1978) diante da ditadura civil-militar

A “Revolução Mundial” não deixaria de repercutir no Brasil no final dos anos 1960. Certamente o florescimento dessas lutas em âmbito mundial levou ao acirramento da ditadura civil-militar em 1968, com o decreto do Ato Institucional número 5. Após a repressão sofrida pelos trabalhadores da Cobrasma em Osasco/SP, tanto quanto pelos trabalhadores da Braseixos em Contagem/MG, e frente ao aprofundamento repressivo do regime militar, a reorganização dos trabalhadores vai se dar de forma molecular, a partir dos locais de moradia até a rearticulação dos grupos de fábrica nos anos 1970, reagrupando suas forças até o momento em que se poderia movimentar novamente, com a explosão de greves operárias iniciadas em 1978, a partir do ABC Paulista, quando se dá um novo surto de comissões de fábrica¹⁴. A partir de um longo e paciente trabalho de organização realizado por grupos organizados sobre a influência da Igreja e de dissidências comunistas, foram se forjando os grupos clandestinos nas empresas, com pequenas ações e sabotagens que sinalizavam uma possível retomada das greves e lutas operárias. Cabe lembrar que do ponto de vista das classes dominantes, já vivíamos no final dos anos 1970 o processo de abertura “democrática” lenta, gradual, controlada e sem rupturas (Fernandes, 1986).

A ideia da organização autônoma dos trabalhadores nos locais de trabalho como condição necessária para a efetividade das lutas e para a conquista de uma nova estrutura sindical, inspirada nas experiências dos trabalhadores da Cobrasma e da Braseixos em 1968, foi propagada pelo Movimento de Oposição Sindical de São Paulo, principalmente nos setores metalúrgicos e químicos. Mas será na região do ABC Paulista, em maio de 1978, que o movimento ganhará terreno e desencadeará o ciclo de lutas operárias que marcará o início da distensão do regime em direção à “redemocratização” do país. Lembremos que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 eclodem inúmeras lutas que irão culminar na criação do Movimento Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, criação do Partido dos Trabalhadores, lutas por habitação popular, lutas nas universidades públicas, etc.

¹⁴ Para saber mais sobre essas lutas, ver os filmes “Braços Cruzados Máquinas Paradas” e “ABC da greve”, ambos com legendas em inglês.

Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scânia paralisam as atividades e permaneceram dentro da fábrica, tendo como reivindicação principal o reajuste salarial. A partir daí, as paralisações por fábrica generalizaram-se tanto no ABC Paulista, palco das grandes montadoras automobilísticas no país, como evoluíram para outros setores e regiões do país (Antunes, 1992; Sader, 1988).

As comissões formaram o elemento dinâmico e propulsor do movimento grevista: realizaram assembleias gerais no interior das unidades produtivas para decidirem os passos a serem dados, e envolveram o Sindicato para a conclusão dos processos de negociação.

A partir de certa altura, o patronato passou a centrar seu foco de intervenção e repressão aos membros das comissões de fábrica, uma vez que muitas comissões haviam conquistado alguma institucionalização enquanto canal de interlocução dos trabalhadores com as direções das empresas. E o próprio “novo sindicalismo” que surge a partir do ABC Paulista deixa de referendar a criação das comissões de fábrica, sob o argumento principal de que estas acabavam expondo as lideranças de base à repressão patronal, no que passaram a defender as comissões sindicais de base, formada por dirigentes sindicais que atuam nos locais de trabalho e que dispunham da estabilidade legal conferida aos membros das direções sindicais. Além disso, houve quem acusasse as comissões representavam uma forma de “paralelismo sindical”.

Sobre a amplitude da ação das comissões de fábrica, seus significados na experiência do movimento operário brasileiro, encontramos na obra de Maurício Tragtenberg uma chave para o entendimento das comissões enquanto manifestações da autonomia operária. Nessa reflexão, Tragtenberg recupera o debate realizado por representantes do marxismo heterodoxo, como Pannekoek, Gramsci, Gorter etc. (Tragtenberg, 1981). Opondo a prática das Comissões às provenientes da estrutura sindical corporativista, Tragtenberg compreende o sentido pedagógico profundo das experiências de luta através das comissões de fábrica, na medida em que:

“Pela prática por meio da participação na Comissão de Fábrica aprende o operário que na fábrica existe uma divisão de trabalho a que ele deve obedecer, fora da fábrica aprende que *política* é para ser praticada nos partidos, *reivindicações econômicas* nos sindicatos, o *saber* está confinado às escolas, e a TV e o rádio definem o que tem e o que não tem valor cultural. Sua própria vida é dividida em fragmentos estanques. É a prática de sua luta

pelas comissões que lhe dá elementos para posicionar-se no plano político, econômico e cultural. Ele aprende por meio da 'escola de luta'.

"Ela lhe ensina que, ao lutar por salário (economia), enfrenta a hierarquia fabril (o poder), auto-organiza-se e desenvolve sua consciência político-social e cultural. São *partes* de um *todo*." (Tragtenberg, 2011, p. 23-24)

Nesse processo de auto-organização, os trabalhadores criam suas próprias organizações horizontais, formando uma "comunidade de luta" que controla tanto o próprio processo de desenvolvimento das lutas como a sua finalidade. Evita-se, assim, que as relações de dominação e opressão vivenciadas fora dos locais de trabalho seja transferida para as organizações que pretendem "representar" os trabalhadores, em processos verticalizados que refazem a divisão entre "dirigentes" e "dirigidos".

Tragtenberg realizou um imenso esforço para divulgar, através de artigos nos jornais, livros e revistas, as experiências de comissões de fábricas no Brasil, surgidas durante o ciclo grevista iniciado em 1978, como as comissões criadas na Ford, Máquinas Piratininga, Asama, Massey Ferguson, Aliperti, Barbará etc. Dessas lutas, Tragtenberg lembra a linha da Associação Internacional dos Trabalhadores, quando afirmava que "a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores". Essa libertação não pode ser delegada às "vanguardas" de plantão, uma vez que depende da iniciativa e envolvimento de todos os implicados. Da comissão de fábrica da Ford, por exemplo, a conclusão a que se chega é a seguinte: "trabalhador, se ninguém trabalha por ti, que ninguém decida por ti." Trata-se de uma comissão autêntica, desatrelada dos empresários e do sindicato, pois a comissão não tem dono, ela é dos trabalhadores que lá labutam.

Ao comentar a experiência da comissão de fábrica da Asama, assinala Tragtenberg (2011) que ela se diferencia das demais na medida em que sua criação visa corrigir as injustiças ocorridas com os trabalhadores, exigindo aos patrões melhores condições de trabalho e de vida. O órgão máximo da comissão é a Assembleia Geral, e o sindicato figura nos estatutos como "órgão consultivo". Os mandatos dos seus representantes são revogáveis a qualquer momento.

Em síntese, a importância que Tragtenberg confere às Comissões de Fábrica e às lutas autônomas dos trabalhadores se deve ao entendimento de que

"A auto-organização operária no local de trabalho e a democratização das relações de trabalho constituem a base de qualquer democracia no plano da

sociedade global, pois a existência do despotismo fabril com a democracia formal, além dos muros da fábrica, é uma profunda contradição.” (Tragtenberg, 2008, p. 87)

Considerações finais

As comissões de fábrica representam práticas associativas mais avançadas de luta dos trabalhadores no interior das unidades produtivas, recorrentes durante quase todo o século XX. No processo dessas lutas, os trabalhadores podem resolver pela ocupação das instalações e, num estágio ainda mais avançado, reiniciar a produção autonomamente. Mas os casos de ocupação com retomada da produção só serão considerados como possibilidade na estratégia do movimento dos trabalhadores nos anos 1990, quando a crise do mundo do trabalho provoca o surgimento das chamadas Fábricas Recuperadas, no Brasil e em outros países (Faria e Novaes, 2011).

De vida efêmera, é verdade, as comissões ou comitês de fábrica sofreram sempre o ataque implacável do patronato, e muitas vezes eram mal “compreendidas” e boicotadas pelas lideranças sindicais.

Trata-se de organismos de base operária que remontam às antigas tradições associativas dos trabalhadores, inspirados por um sentimento de destino comum, de comunidade de práticas que cooperam e resistem no interior do processo de produção do capital, de produção de mercadorias. Em algumas conjunturas, as comissões emergem a partir da ação de grupos clandestinos no interior das grandes empresas, ou articulados nos espaços das associações sindicais. Institucionalizam-se durante os conflitos como órgão de representação dos trabalhadores nas empresas, mantendo relações ora de complementariedade ora de conflito com a representação sindical.

Sobre o sentido histórico dessas práticas autônomas de luta dos trabalhadores no interior do capitalismo, entende João Bernardo que

“As comissões de fábrica, dando corpo à solidariedade combativa dos operários no local de trabalho, constituem a principal expressão da capacidade de auto-organização dos trabalhadores. O proletariado assume-se aqui, verdadeiramente, como sujeito histórico. Deixa de ser mero tema de reflexão acadêmica, ou a caução moral a que se remetem os ziguezagues das orientações partidárias, para se tornar o sujeito atuante de sua própria história. As etapas do movimento operário, suas transformações e rupturas, consistem, afinal, no percurso das formas de organização interna adotadas pelo proletariado no confronto com o capitalismo. O choque entre estas instituições criadas na luta e as instituições da ordem

reinante tem ditado a evolução das formas de contestação e ao mesmo tempo o perfil assumido pela sociedade em que vivemos.” (Bernardo, 1997, p. 15)

A imensa experiência realizada pelos trabalhadores brasileiros no âmbito da organização nos locais de trabalho, especialmente através da criação de comitês ou comissões de fábrica, além de ter contribuído decisivamente para acelerar a transição “democrática” brasileira, exigiu do patronato e do Estado a adoção de novas estratégias de gestão da força de trabalho e de regulação das relações de classe no seio da sociedade brasileira, que podem ser ilustradas pelo avanço de técnicas de “participação” toyotista, “engajamento” dos trabalhadores, “vestir a camisa”, dar sugestões, “trabalhar em equipe”, “ser pró-ativo e voluntário” temas conhecidos pela literatura da sociologia do trabalho.

No momento em que as lutas sociais iniciavam seu momento de refluxo nos anos 1990, com a cristalização das relações institucionais dos sindicatos nas negociações das condições de trabalho, as comissões se veem sob o fogo cruzado, sendo atacadas pelo patronato e disputadas pelas direções sindicais cada vez mais pragmáticas e com muitos interesses na reprodução dos seus fundos de pensão. No final dos anos 1980, já estava em estágio avançado o processo de assimilação das comissões de fábricas no interior das maiores empresas do país (Bruno, 1992), integradas enquanto organismos de representação no interior das empresas, no espírito da co-participação alemã.

De organismos inspirados nas experiências dos conselhos de fábrica russos, italianos, húngaros, etc., enquanto vertente de um socialismo autogestionário, as comissões de fábrica viraram de ponta cabeça e foram integradas ao sistema produtor de mercadorias enquanto espaços de diálogo capital-trabalho e arena para a resolução de conflitos.

Certamente que a existência de comitês ou conselhos de fábricas representam um avanço em direção a formas mais democráticas de gestão em espaços marcados pelo despotismo e o autoritarismo. Mas, nas condições atuais, ficam incapazes de apontar para algo além do capital.

Referências Bibliográficas:

AARÃO REIS, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

- ANTUNES, R. (1992) **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ARANTES, P. F. (2002) **Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BERNARDO, J. (1997) **Apresentação**. In: PEDREIRA FILHO, V. *Comissões de Fábrica – um claro enigma*. São Paulo: Editora Entrelinhas.
- BERNARDO, J.; PEREIRA, L. (2004) **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã.
- BRUNO, L. (1992) **O que é autonomia operária?** São Paulo: Brasiliense.
- CAMPOS, F. (2009). **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp.
- COUTO, A. M. M. (2003) **Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência**. São Paulo: Annablume, 2003.
- DÓRIA, F. O nordeste: 'problema nacional' para a esquerda. In: QUARTIM DE MORAES, J.; DEL ROIO, M. (orgs.) **História do Marxismo no Brasil – Visões do Brasil**. Campinas,: Unicamp, vol. VII.
- DREIFUSS, R. (1980) **State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965**. Thesis, University of Glasgow.
- DREIFUSS, R. **1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FARIA, J. H. (1987) **Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas**. Curitiba: Criar.
- FARIA, M. S. de. (2011) **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: UFSC/Em Debate.
- FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. (2011) *Brazilian Recovered Factories: The Constraints of Workers' Control*. In: NESS, I.; AZZELLINI, D. (orgs.) **Ours to master and to own - Workers' Control from the Commune to the Present**. New York, Haymarket books.
- FERNANDES, F. (1981) **Reflections on the Brazilian Counter-Revolution: Essays**. [Edited with an introduction by Warren Dean]. Armonk, N. Y.; M. E. Sharpe.
- FERNANDES, F. (1986) **Nova república?** Rio de Janeiro, Zahar.
- FERNANDES, F. (2006). **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Global.

- FERRO, S. (2006) **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosacnaify.
- HARDMAN, F. F. (2002) **Nem pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp. 3ª Ed.
- GENNARI, A. M. (1999) **Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no Governo Goulart**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- IANNI, O. (1965) **Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, O. **Crisis in Brazil**. (1970). Columbia University Press.
- IBRAHIM, J. (1986) **O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica**. São Paulo: Global.
- KAPP, S. et. al. (2008). **Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices**. Obtido em: http://www.field-journal.org/uploads/file/2008%20Volume%202%20Architecture%20as%20Critical%20Exercise_MOM.pdf
- KOURY, A. P. (2004) **Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro**. São Paulo: Edusp.
- LIMA, M. A.; VARGAS, M. T. (1986) Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, A. (org.) **Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- LIMA FILHO, P. A.; MACEDO, R. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria (2011). In: BENINI, E.; FARIA, M. S.; NOVAES, H.T.; DAGNINO, R. (orgs.) **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões.
- MARICATO, E. **A política habitacional durante o regime militar**. (1987). Petrópolis: Vozes.
- MÉLO, C. **Estado e Educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1959 - 1961)**. 2009. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.
- NASCIMENTO, C. (s/d) **A oposição sindical no exílio: sindicalismo e autonomia**. [Mimeo]

- NOVAES, H. T. (2009) **Peasant Leagues**. In: AZZELLINI, D.; NESS, I. International Encyclopedia of Revolution and Protest - 1500 to the Present.
- NOVAES, H. T. (2010) **O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular. 2ª edição.
- OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução – Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.
- PEDREIRA FILHO, V. **Comissões de Fábrica – um claro enigma**. São Paulo: Editora Entrelinhas, 1997.
- PRADO Jr, C. (1977) **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAGO, L. M (1985). O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão. In: RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIBEIRO, D. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROCHA, G. (2004) **Revolução do cinema novo**. São Paulo: Cosac Naify.
- SCHWARZ, R. **Cultura e Política – 1964-1969**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- SADER, E. (1988) **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SIMÃO, A. (1966) **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus Editora.
- TRAGTENBERG, M. (1981) **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense.
- TRAGTENBERG, M. (2008) **Reflexões sobre Socialismo**. São Paulo: Editora da Unesp.
- TRAGTENBERG, M. (2011). **Autonomia operária**. São Paulo: Unesp.

Filmes

- Acervo (Tempo Glauber) <http://www.tempoglauber.com.br/english/>.
- ABC da Greve. Diretor: Leon Hirszman (1979)
- A terceira morte de Joaquim Bolivar. Diretor: Flávio Candido (1999).
- Barravento. Diretor: Glauber Rocha. (1962).
- Braços Cruzados Máquinas Paradas. Diretores: Roberto Gervitz e Sergio Toledo (1978)
- Deus e o Diabo na terra do Sol. Diretor: Glauber Rocha. (1964)

Terra em Transe. Diretor: Glauber Rocha. (1967)
Cidadão Boilesen. Diretor: Chaim Litewski. (2009).
Macunaíma. Diretor. Joaquim Pedro de Andrade. (1969).
Os Fuzis. Diretor: Ruy Guerra. (1964).
Rio 40 graus. Diretor: Nelson Pereira dos Santos. (1957)
Vidas Secas. Diretor: Nelson Pereira dos Santos. (1963)